



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB)
CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS MULTIDISCIPLINARES (CEAM)
ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, INFÂNCIA, JUVENTUDE E
DIVERSIDADE (EPPIJD)

BRUNA GRAZIELLE MARTINS SILVA

**PERCEPÇÕES DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA ACERCA
DA VIOLÊNCIA ENVOLVENDO CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

Brasília
2022

BRUNA GRAZIELLE MARTINS SILVA

**PERCEPÇÕES DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA ACERCA
DA VIOLÊNCIA ENVOLVENDO CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

Artigo Científico de Conclusão de Curso apresentado a Especialização em Políticas públicas, Infância, Juventude e Diversidade, da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do título de especialista.

Orientador: Prof. Dr. Benedito Rodrigues dos Santos

Brasília
2022

RESUMO

É importante que os professores estejam preparados para lidar com situações de violência às quais os alunos possam estar submetidos. Por esta razão, por meio deste estudo, realizado em uma escola pública de anos finais (6º ao 9º ano) do ensino fundamental, em Brasília. Buscou-se identificar as percepções dos professores sobre os diferentes tipos de violência das quais eles/elas tomam conhecimento em sua atuação. O foco de análise dos dados é a teoria da subjetividade de González Rey. A metodologia de pesquisa envolveu a aplicação de questionário e realização de dinâmicas conversacionais com os professores, através dos quais foram mapeadas as visões que estes possuíam dos diferentes tipos de violência envolvendo crianças e adolescentes. O resultado da pesquisa indicou que os professores não se sentem aptos a lidar com situações de violência envolvendo crianças e adolescentes. Entretanto, eles compreendem que o diálogo por parte da família é essencial para ações de prevenção.

Palavras-chave: Violência contra crianças e adolescentes, prevenção da violência, educação.

ABSTRACT

It is important that teachers can be prepared to deal with situations of violence which students can suffer. Therefore, this study, carried out in an elementary public school (that had from 6th to 9th grades, in Brazilian), was developed to identify the perceptions of the teachers about the different types of violence experienced by students, taking as a starting point for data the analysis according to the theory of subjectivity, by Gonzalez Rey. The process was delivered through the application of an online questionnaire and events of yarning circles, where we could dialogue with the teachers and the pedagogical support teams (school counselors, supervision and pedagogical coordination), and where different types of violence against children and teenagers were discussed. The results of this research indicate that teachers are not prepared to deal with violence events against children and teenagers. However, they understand that dialogue within the family is essential to prevention actions.

Keywords: Violence against children and teenagers, violence prevention, education.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
2. MÉTODOS.....	8
3. RESULTADOS	9
4. DISCUSSÃO	13
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	15
REFERÊNCIAS.....	17

1. INTRODUÇÃO

Este estudo busca analisar as percepções de um grupo de professores acerca da violência envolvendo crianças e adolescentes. O tema definido se articula com a previsão legal sobre a responsabilidade de toda sociedade em garantir a proteção das crianças e adolescentes contra todo tipo de violência e opressão.

A partir da Constituição Federal ampliaram-se as ações voltadas para a promoção, defesa e garantia de direitos das crianças e adolescentes. Outra construção importante foi a lei 8069/1990, também conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), considerada um marco na defesa de direitos das crianças e adolescentes. Esta lei deu visibilidade ao tema e expôs a doutrina da proteção integral aplicada a partir da condição peculiar de desenvolvimento das crianças e adolescentes, que são um grupo em estado de vulnerabilidade.

Embora o ECA assegure os direitos e a proteção de crianças e adolescentes, garantidos por meio de responsabilidades compartilhadas entre família, Estado e sociedade, ainda permanecem em nossa sociedade situações constantes de violação de direitos. Muito se fez desde a promulgação do ECA e muito ainda precisa ser feito, e como o próprio ECA define, deve ser feito por um conjunto articulado de organizações públicas e privadas (BRASIL, arts.86-88, 1990).

De acordo com a lei 13.431/2017 são formas de violência: a violência física; a violência psicológica, que é qualquer conduta de discriminação, depreciação ou desrespeito em relação à criança ou ao adolescente mediante ameaça, constrangimento, agressão verbal ou intimidação sistemática (bullying), além da alienação parental e ainda qualquer outra conduta que exponha a criança ou o adolescente, direta ou indiretamente, a crime violento; e a violência sexual, que abarca o abuso sexual, a exploração sexual comercial e o tráfico de pessoas.

A violência contra crianças e adolescentes é um tema delicado, por se tratar de vítimas frágeis, vulneráveis e que em muitos casos não possuem capacidade de denunciar os casos de violência e ameaças aos quais são submetidas sistematicamente. Integra uma engrenagem de violência que muitas vezes acontece na infância e perdura até a fase adulta “[...] enquanto vítimas, podem dar lugar à formação de pessoas que exerçam o papel de agressores dentro e fora do contexto familiar [...] É a violência dentro da família gerando a violência social” (FERRARI; VECINA, 2002, p. 77).

O estudo foi realizado na escola, pois este é notavelmente um espaço de acolhimento e de defesa de direitos. Compreender as relações sociais no espaço escolar e as percepções dos professores sobre o que é a violência e seus impactos na vida dos estudantes tem o potencial de consolidar ações efetivas e eficazes de prevenção da violência.

Dentre as instituições que integram o Sistema de Garantias de Direitos, a escola é um importante equipamento social que deve atuar tanto na identificação de sinais de violação de direitos quanto na prevenção à violência. Sendo assim, a formação de professores é fundamental para promover mudanças. Essa formação deve ser contínua e pautada nos direitos humanos, no respeito à diversidade, na formação focada no acolhimento, na empatia e também na apropriação de estratégias pedagógicas que tornam os momentos no ambiente escolar um espaço positivo e atraente para os estudantes. (SAMPAIO, 2017).

O UNICEF (BRASIL, 2019, p. 20) reforça a importância da escola em relação ao aprendizado e à proteção das crianças e dos adolescentes, pois é na escola que elas passam longos períodos de suas vidas. Portanto, além de ser um espaço de aprendizagem, a escola também é um espaço de relações, trocas de afeto, de cultura e de direitos, que devem constar em seu projeto pedagógico, seu currículo e suas práticas.

No Distrito Federal as práticas pedagógicas perpassam os pressupostos teóricos do Currículo em Movimento, que se baseia na pedagogia histórico crítica e na psicologia historicocultural. Essa corrente epistemológica é parte da Educação em e para os direitos humanos (DISTRITO FEDERAL, 2018).

O professor que se apropria dos conhecimentos advindos da pedagogia histórico crítica tende a criar um vínculo com o estudante e passa a criar estratégias pedagógicas que o permite mdebater questões para além dos conteúdos escolares. Ele passa a articular debates que o colocamno espaço escolar como um agente de proteção do estudante contra violação de direitos e exposição à violência (DISTRITO FEDERAL, 2018).

À medida que tais práticas pedagógicas são propostas no ambiente escolar, passando pela ideia de empoderamento, as crianças e adolescentes poderão ter informações críticas para se defenderem de práticas abusivas e violentas. “O fundamental é a possibilidade de se desenvolver um trabalho educativo, de valorização humana por meio de uma intervenção pedagógica adequada, que possibilite ao jovem capacidade de reflexão e a eliminação de sentimentos de culpa” (SANTOS, 2020, p. 148).

2. MÉTODOS

A amostra selecionada para o estudo foi de 11 professores de um Centro de Ensino Fundamental, localizado no Recanto das Emas, região administrativa de Brasília-DF. O grupo de professores atuava no turno matutino e eram profissionais em regência de classe em turmas de 6º a 9º ano do ensino fundamental anos finais.

Para a fase de coleta de dados, inicialmente houve a aplicação de um questionário anônimo, composto por questões relacionadas aos temas: tempo de trabalho como professor, definição de violência e suas tipologias, informações sobre as redes de proteção, relatos de violência por parte dos estudantes, dentre outras. Posteriormente a esta etapa, foram organizadas duas dinâmicas conversacionais que aconteceram durante as reuniões coletivas de professores. Estas foram realizadas em dezembro de 2021 e tiveram duração de em média 60 minutos. Este momento foi de reflexão sobre assuntos relativos às violências psicológica e sexual envolvendo crianças e adolescentes. Os participantes foram chamados para uma conversa informal sabendo de que se tratava de uma pesquisa sobre escola e violência

Na dinâmica conversacional sobre violência psicológica, foi traçado o seguinte roteiro para estimular a participação dos professores:

- Artigo 227 da Constituição Federal;
- Doutrina da Proteção Integral;
- Definição de violência psicológica de acordo com a lei 13.431/2017;
- Formas de violência psicológica, tais como: alienação parental; bullying; violência no

ambiente digital: cyberbullying.

Na dinâmica conversacional sobre violência sexual foi traçado o seguinte roteiro para estimular a participação dos professores:

- Definição de violência sexual e suas tipologias;
- Modalidades de abuso sexual;
- Sistema de Garantias de Direitos das crianças e do adolescente: Lei 13.431/2017 (escuta especializada e depoimento especial);
- Rede de apoio e proteção a criança e adolescente vítima de violência sexual.

A análise dos dados obtidos no questionário e nas dinâmicas conversacionais foi do tipo qualitativa.

Nesse método pressupõe-se a comunicação entre o pesquisador e os pesquisados. Trata-se de uma relação interdependente. Nessa perspectiva, o pesquisador emerge também como um personagem ativo, que se posiciona como sujeito na busca de encontrar caminhos e significados das ações e das relações que se ocultam nos meandros sociais e no âmbito individual (LOPEZ, 2008, p. 58).

A coleta de dados foi realizada por meio da análise dos discursos externalizado pelo grupo de professores durante a exposição oral da pesquisadora tendo como base o roteiro traçado. Foram gravadas as falas das dinâmicas conversacionais, realizada a transcrição e nos resultados obtidos foi dado ênfase as ideias e concepções que se repetiram pelo grupo de professores e as falas que demonstraram juízo de valor. Sendo assim, buscou-se uma compreensão dos processos subjetivos envolvidos em suas práticas profissionais.

O processo aparentemente simples da conversação entre as pessoas de uma mesma comunidade constitui-se num veículo para estabelecer a visão que temos da realidade: os indivíduos têm um aparelho de conversa, que continuamente mantém, modifica e reconstrói sua realidade subjetiva (TURATO, 2003, p. 494).

O método de análise dos dados perpassou a teoria da subjetividade proposta por González Rey. Este método prioriza o caráter construtivo-interpretativo do conhecimento, considera a pesquisa como um processo comunicativo e dialógico. “O contato com a realidade, portanto, é sempre parcial, estando nossas intervenções e relações submetidas ao efeito de nossa subjetividade. A realidade, assim, é sempre algo a se interpretar”. (GONZÁLEZ REY, 2010).

De acordo com o instrumento de análise dos dados, foram abstraídas “zonas de sentido”, que advêm dos sentidos subjetivos, isso ocorreu por meio da análise dos discursos externalizado pelo grupo de professores. Assim, a partir de cada história narrada almejou-se evidenciar as percepções dos professores acerca da violência envolvendo crianças e adolescentes.

3. RESULTADOS

Nas dinâmicas conversacionais, houve a adesão de um grupo de 11 professores do turno matutino, sendo que 10 professores responderam ao questionário online. Eles foram orientados sobre os cuidados éticos relacionados ao estudo e informados que as etapas de realização do estudo foram aprovadas pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília. Os professores assinaram o Termo de Consentimento Livre Esclarecido e ficaram cientes dos riscos relacionados à pesquisa, assim como o apoio da pesquisadora acerca de qualquer desconforto durante a execução do estudo.

Durante as mediações das dinâmicas conversacionais houve a participação ativa do grupo de professores, sendo que o diálogo ocorreu de forma fluida e espontânea. A exposição oral de um professor motivava outro a compartilhar alguma situação que havia vivenciado ou alguma prática de prevenção realizada durante sua vida profissional.

Durante o momento das discussões, algumas falas e ideias foram recorrentes indicando as “zonas de sentido/sentidos subjetivos” que norteram a análise dos dados obtidos. Essas falas evidenciaram as percepções dos professores acerca da violência envolvendo crianças e adolescentes. No texto abaixo, temos uma divisão em subtítulos para melhor organização das ideias evidenciadas. Primeiramente, exponho o resultado do questionário respondido pelo grupo e em seguida discorro sobre as ideias surgidas durante as dinâmicas conversacionais.

3.1 – Em relação às informações obtidas em questionário escrito. Na figura 1, exibe-se uma síntese da fala dos participantes da pesquisa em forma de perguntas e respostas.

Figura 1 – Resultados obtidos por meio da aplicação do questionário

Questões	Resultados
Qual o tempo de docência dos participantes da pesquisa?	Entre 3 e 25 anos
Como compreendem a violência?	Uma ação que promove danos aos adolescentes
Como a violência pode se expressar?	Pela violação de direitos, pelo constrangimento e pela negligência.
Quem comete a violência?	Esta é cometida predominantemente pelos familiares.
Quais as tipificações de violência?	O <i>bullying</i> entre os alunos, a violência familiar e a homofobia.
Qual semelhança do perfil das vítimas?	Baixo rendimento escolar, baixa auto estima, dificuldade de confiar no outro, agressividade, prática da automutilação, serem negros, de famílias “desestruturadas”, residirem em partes pobres da cidade e terem famílias atingidas pela violência.

SILVA, BRUNA G. M. (2022)

Em relação ao encaminhamento dado quando a violência é identificada citou-se que os casos são levados ao Serviço de Orientação Educacional, ou à equipe gestora e pedagógica, e os professores acreditam que alguns casos são encaminhados para o Conselho Tutelar. No que se refere à rede de proteção à crianças e adolescentes três professores indicaram não conhecerem quem faz parte da rede. Os demais citaram o Conselho Tutelar, o CRAS, a Delegacia da Criança e do Adolescente. Sobre o desfecho dos casos, seis professores disseram não ter acompanhado a resolução dos casos e quatro profissionais acompanharam o desfecho. A sequência, apresenta-se as falas dos participantes da pesquisa referentes às violências psicológica e violência sexual obtidas durante as duas dinâmicas conversacionais.

3.2 - Em relação à violência psicológica:

No que diz respeito à violência psicológica, os participantes da pesquisa mencionaram que o *ciberbullying* é uma grande ameaça à saúde mental dos alunos. Foi ressaltado que em virtude da pandemia e do ano letivo ter sido predominantemente no formato on-line, esse tipo de violência tornou-se recorrente entre os alunos e que a violência no ambiente virtual se expande para o ambiente presencial.

Relativo à caracterização do *bullying*, destaca-se a fala a seguir:

Nem tudo é *bullying* e nem tudo é violência (fala do professor D).

A gente tem que ensinar a criança e o adolescente a lidar com certas situações. A pessoa tem que aprender a se defender, mas também a deixar pra lá... Às vezes a pessoa fez uma brincadeira... É uma brincadeira, hoje em dia qualquer coisa que você fale é *bullying*, é preconceito, é violência... Estamos criando uma geração forte? Ou um geração fraca?... Eu acho que a gente tá (sic) criando uma geração fraca (fala do professor B).

Um professor replicou tais falas dizendo que muita coisa que é culturalmente normalizada é sim violência.

A partir do momento que afeta a vida do outro, é violência (fala do professor A).

Sublinha-se a relevância da oferta de formação continuada para os professores sobre o tema da violência contra crianças e adolescentes, para que efetivamente eles possam compreender as diversas formas de manifestação do *bullying* e, conseqüentemente, tenham a possibilidade de rever certas “concepções” que subestimam as implicações do *bullying* na saúde mental dos adolescentes, dando a entender que certas situações que os alunos vivenciam no espaço escolar não se caracterizam como violência.

Os participantes da pesquisa mencionaram a baixa estima como um fator de risco para a exposição à violência. Esta também foi vista como uma forma de identificação do adolescente vítima de violência. Os participantes ainda colocaram que além da baixa auto-estima, a automutilação, a agressividade e o baixo rendimento escolar, são condições que se associam à saúde mental e à gestão das emoções.

Um aspecto bastante ponderado pelos participantes da pesquisa foi o diálogo entre pais e filhos. Eles reconheceram-no como um fato de extrema importância na prevenção e identificação da violência. Um professor frisou a baixa estima manifestada pelos alunos e narrou o caso de uma adolescente que cometeu suicídio aos 13 anos.

Teve falta de diálogo em casa, pais evangélicos que achavam que psicólogo era besteira. (fala do professor C).

3.3 - Em relação à violência sexual:

Em relação à violência sexual, os participantes da pesquisa expuseram que os meios de comunicação digitais representam uma ameaça à integridade física e emocional dos alunos, além de serem espaços propícios à prática das violências psicológica e sexual. Foi citado o exemplo de uma adolescente que viajou a Fortaleza com o objetivo de encontrar um homem mais velho que ela havia conhecido na *internet*.

A menina não tem nada, o cara oferece tudo, filha de mãe solteira, não teve atenção do pai... O cara dá atenção, promete provisão, aquilo ali é tudo que a menina quer (fala do professor A).

A exposição de conteúdos sexuais por parte dos adolescentes também foi citada, conforme a fala seguinte:

É difícil explicar para os meninos que reproduzir conteúdo pornográfico não é bacana, eles acham bonito a mulher pelada”. (fala do professor A).

Os participantes da pesquisa citaram o fato da escola ser um ambiente protetivo e de identificação da violência envolvendo crianças e adolescentes. Um professor expressou que um modo interessante de abordar a educação sexual é o emprego dos temas transversais¹. Foram mencionadas as ações do dia 18 de maio (Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes), com ênfase no seu amplo alcance enquanto ação de incentivo à denúncia de violência sexual. Posteriormente, destaca-se a fala de um professor:

Eu tive um aluno, um menino, tinha uns 8 anos na época e ele descobriu essa história de abuso porque ele tentou replicar na irmãzinha o que faziam com ele. Então, ele tinha 8, a menininha tinha uns 4, aí um dia a mãe entrou e o menino tava tentando reproduzir uma cena de sexo que era o que ele tava (sic) vivenciando... A mãe quase caiu pra trás, morreu de susto, foi na escola pedir ajuda, a escola foi atrás e o Conselho Tutelar abriu uma investigação e descobriu que uma pessoa aleatória, amigo da família, frequentava a casa e abusava dele e ele não sabia se aquilo era certo ou errado e tava (sic) reproduzindo com a irmãzinha” (fala do professor A).

A temática da educação sexual impulsionou vários momentos do debate ocorridos nas dinâmicas conversacionais. Diferentes falas mostraram que sua presença nas práticas pedagógicas é essencial para a prevenção e identificação da violência. Falar sobre sexualidade de maneira franca, didática e livre de tabus e preconceitos foi apontada como uma ferramenta importante para estabelecer uma relação de confiança entre pais, alunos e professores. Ficou evidente que discutir acerca da sexualidade possibilita ao adolescente o seu empoderamento, além de permiti-lo conhecer o seu corpo, os seus anseios, os seus limites e as suas formas de proteção. Sobre o assunto, argumenta-se que:

Educação sexual não é ensinar o adolescente a fazer sexo (fala do professor E).

Notou-se a ausência de consenso por parte dos participantes da pesquisa sobre quem deve ser o responsável em tratar o sobre o tema: família ou escola. Os participantes da pesquisa mencionaram a existência da rede de apoio. Porém, salientaram que falta a atuação das diferentes representações de modo integrado, que leva a dificuldade no combate à violência contra as crianças e os adolescentes, segundo descrito na fala posterior

É bastante desafiador o trabalho integrado, na prática é sempre muito segmentado... Às vezes quando o menino consegue o atendimento já aconteceu barbaridades, demora muito pro CRAS fazer o repasse e acionar quem de fato precisa acionar, até o menino ser atendido, já era”. (fala do professor B).

4. DISCUSSÕES

A partir dos resultados obtidos no estudo foi identificado que as percepções dos professores remetem aos desafios de enfrentamento da violência e a um sentimento de limitação, insegurança e impotência frente a estas questões, considerando que as violações de direitos aos quais os estudantes

¹ Consultar os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN's (BRASIL, 1998). Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/pcn/introducao.pdf>

são expostos estão inseridas em um contexto que ultrapassa o espaço escolar. Nas falas de alguns profissionais foram apresentadas percepções embasadas em estereótipos sociais e valores morais que comprometem o trabalho pedagógico e o acolhimento dos estudantes. Tal fato pode estar associado ao déficit de formação continuada ou atualização por parte dos profissionais. Não foi explorado pelos professores o Estatuto da Criança e do Adolescentes (ECA), a Constituição Federal e a lei 13.431/2017 que normatiza o Sistema de Garantias de Direitos das Crianças e dos Adolescentes.

O grupo ressaltou a importância de se criar estratégias para amenizar os riscos e orientar os adolescentes sobre os seus direitos e sobre a violação deles. Mas em grande medida, a visão que eles têm da violência é uma visão distante, fragmentada, que não discute causas, orientada em grande medida pela visão midiática e fundada em estereótipos e moralismos. Não há legitimação do debate por meio de leis e conhecimentos científicos sobre a temática. Suas falas mostram que é necessário mais oportunidades de formação continuada sobre o assunto, e discussões mais aprofundadas nos momentos de coordenação pedagógica, para o compartilhamento de experiências e assim uma ampliação dos horizontes de atuação. Como afirma Oliveira (2020):

A instituição escolar tem papel preponderante de combate às mais variadas formas de violência sofridas pelas crianças e pelos/as adolescentes. Não obrigatoriamente isso deve ocorrer em uma disciplina específica, mas, sobretudo, por meio de diálogos e de práticas interdisciplinares que contribuam para que o conhecimento chegue ao corpo discente. (OLIVEIRA., 2020, p.15).

Houve consenso nas falas dos professores sobre a importância de debater o tema na escola, tanto entre os professores quanto entre os estudantes, que são parte fundamental no processo. Foi possível identificar a necessidade de criação de espaços de formação continuada para que assim os professores tenham um subsídio teórico que possibilite formular ações de prevenção da violência e também saberem os direitos inerentes as crianças e adolescentes. Ao se empoderar desse conhecimento eles podem cobrar a atuação dos demais órgãos responsáveis e contribuir efetivamente para a garantia de direitos.

Durante as dinâmicas conversacionais não foi citado a necessidade de envolvimento e mediação dos gestores na formulação de estratégias de prevenção da violência, educação sexual, assim como uma aproximação com as famílias com o objetivo de conscientizá-las sobre os riscos da exposição das crianças e adolescentes à violência.

Entretanto, a atuação no combate à violência deve ser articulada, sendo assim as famílias são fundamentais nesse processo. Observar mudanças de comportamento ou contatos suspeitos via meios digitais possibilita identificar riscos ou práticas violentas e o aumento de denúncias, que, no Brasil, são subnotificadas quando se trata de violência, principalmente as de cunho sexual (UNICEF, 2019). Sendo assim, é de extrema importância um diálogo franco entre a escola, representada pelos gestores, e as famílias, com o intuito de ampliar os cuidados com as crianças e adolescentes e consequentemente garantir a proteção desse grupo.

Em alguns momentos da dinâmica conversacional sobre violência sexual houve relutância dos profissionais em discutir o tema de educação sexual na escola. Parte do grupo ressaltou ser

responsabilidade da família tratar sobre a temática e caberia a escola apenas falar sobre os aspectos biológicos do ser humano. Nesse sentido ficou evidente o despreparo de alguns professores em tratar sobre o assunto, o que por si só já é um indicador da necessidade de discutir a educação sexual e de se romper o silêncio e relutância em tratar de um tema que ainda é considerado tabu por algumas parcelas da sociedade.

Por ser o sentido subjetivo uma via de mão dupla é compreensível a discordância entre os professores sobre falar ou não sobre educação sexual na escola, assim como optar por não se envolver em situações que indicam atos violentos contra crianças e adolescentes.

Isso implica que, embora os indivíduos compartilhem espaços sociais aparentemente comuns (família, escola, trabalho, entre outros), cada pessoa gera sentidos subjetivos e configurações subjetivas muito específicas e diferenciadas emergentes no processo de subjetivação de sua experiência (SOUZA, 2019. Pág. 50).

Um aspecto a se ressaltar, identificado na organização do trabalho pedagógico da escola, é a ausência de temas correlatos à prevenção e combate à violência no Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição. Esse documento é construído coletivamente e apresenta a identidade da escola, ou seja, as características da instituição, da comunidade local e as potencialidades e fragilidades da instituição. O fato da escola estar localizada em uma região administrativa periférica de Brasília (DISTRITO FEDERAL, CODEPLAN, 2015) indica que os riscos sociais são intensificados, sendo assim, tratar sobre violência é de extrema importância.

A violência estando assim inserida em um contexto complexo, explica, de certa forma, a falta de ações estratégicas de prevenção por parte da gestão escolar. Ações de prevenção representadas, por exemplo, na educação sexual. Como há valores morais e sociais envolvidos na questão, e sabendo que a violência sexual e psicológica é cometida predominantemente por parentes próximos às vítimas, debater tais questões implica, de certa forma, em uma interferência da escola no âmbito privado o que não é, de fato, um papel da escola. Por isso que o trabalho de prevenção da violência deve ocorrer de forma articulada e envolver a saúde, a assistência social, a justiça e a sociedade como um todo.

É importante citar que leis não são suficientes para quebrar uma vulnerabilidade sistemática e histórica que atinge crianças e adolescentes. Vulnerabilidade que pode estar vinculada a estruturas sociais que se amparam em valores patriarcais e de controle e legitimam a opressão das chamadas “minorias”.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo apresentou as percepções de um pequeno grupo de professores acerca da violência envolvendo crianças e adolescentes. Os resultados obtidos estão de acordo com a literatura sobre a temática que identifica fragilidades na formação de professores para lidar com as questões relacionadas à violência e dificuldades de desenvolver ações efetivas de enfrentamento e prevenção da violência. Ficou evidente por meio das mediações e dos resultados dos questionários que as percepções dos professores é atravessada por pouco conhecimento sobre o Sistema de Garantias de Proteção da

Crianças e Adolescentes.

A escola, por ser um espaço que materializa o direito à educação, é uma importante instituição que integra o Sistema de Garantia de Direitos e tem assim um papel bastante relevante tanto na identificação de situações de violência de crianças e adolescentes quanto na sua prevenção. Para tanto é importante que ela esteja qualificada para intervir por meio de seus profissionais que atuam no espaço escolar. Essa qualificação perpassa o conhecimento sobre as leis de proteção e garantia de direitos e sobre o fluxo de atuação do trabalho em rede que objetiva garantir direitos e fortalecer o trabalho articulado.

No estudo desenvolvido foi evidenciado que não há, no ambiente escolar, discussão sobre as causas da violência, mas pelo contrário, há falas que tentam minimizar a violência psicológica que o bullying pode causar, além do silenciamento sobre a importância da educação sexual na escola para o combate à violência sexual. Conceituar a violência, compreender seus desdobramentos e impactos a longo prazo na vida das crianças e adolescentes é essencial para chamar a atenção que o tema merece. Não identificar a violência no âmbito escolar é fortalecer a subnotificação dos casos e consequentemente fragilizar o combate à violência.

Por fim é notável que a escola é um ambiente protetivo para as crianças e adolescentes que são vítimas de violência, mas essa característica positiva deve ser potencializada por meio de ações intersetoriais. As práticas pedagógicas devem valorizar o diálogo e os projetos realizados em âmbito escolar devem agir na prevenção dos diferentes tipos de violência, inclusive a dos meios digitais, que são marcantes neste momento social que vivenciamos. A formação continuada dos professores é outra lacuna que deve ser preenchida. A tríade formação de professores-diálogo-acolhimento pode ser um meio para a construção de um ciclo de combate e rompimento da perpetuação da violência.

REFERÊNCIAS

- ALDA, JM. BRAGA, GC. JUNIOR, ST. **Percepção de professores sobre ações de grupos de (re) conhecimento emocional.** Journal of nursing and health. Faculdade de enfermagem. Universidade Federal de Pelotas. Rio Grande do Sul, 2019. Disponível em <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/enfermagem/article/view/16400>. Acesso em :28 fev. 2022
- BRASIL. Estatuto da Criança e de Adolescente. Lei 8069, de 13 de julho de 1990.
- BRASIL. Lei 13.34, de 4 de abril de 2017.
- CORDEIRO, KCC, GOMES, NP, ESTRELA, FM. Identificação de violência em adolescentes: discurso de educadoras. **Rev enfermagem UFPE on line.** 2020. Disponível em <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/viewFile/243193/34183>. Acesso em: 22 fev. 2022
- DISTRITO FEDERAL. **Currículo em movimento.** Educação Básica- Ensino Fundamental- anos iniciais, anos finais. Brasília: Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, 2º edição, 2018.
- DISTRITO FEDERAL. **Pesquisa Distrital por amostra de domicílios-** PDAD. Brasília. Companhia de planejamento do Distrito Federal. CODEPLAN. 2015.
- FERRARI, Dalka Chaves de Almeida. VECINA, Tereza Cristina Cruz. **O fim do Silêncio na Violência Familiar:** teoria e prática. São Paulo. Ed. Ágora, 2002.
- MENDES. Sabrina Juttel. **A escola e as violências contra crianças e adolescentes na percepção dos professores.** 2021. 70 f. Trabalho de conclusão de curso (departamento de Serviço Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021
- OLIVEIRA, APF. SOUZA, MS. SABINO, FHO. **Violência contra crianças e adolescentes e pandemia-** Contexto e possibilidades para profissionais da educação. Revista de Enfermagem. **Escola Anna Nery.** Universidade Federal do Rio de Janeiro. 26(spe)2022.
- OLIVEIRA, Márcio de. SILVA, Fernando Guimarães Oliveira. MAIO, Eliane Rose. **Violência sexual contra crianças e adolescentes:** a escola como canal de proteção e de denúncia. Perspectiva: revista do centro de ciências da educação. Volume 38, n: 4. Florianópolis, 23 out/dez. 2020.
- SAMPAIO, Rachel Lenir Otoni. **A educação em e para os direitos humanos no processo de mediação de conflitos na escola:** uma experiência. 2017. 114 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania)—Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

SANTOS, Benedito Rodrigues dos. GONÇALVES, Itamar Batista. **Escuta de crianças e adolescentes em situação de violência sexual: aspectos teóricos e metodológicos: guia para capacitação em depoimento especial de crianças e adolescentes.** 396 p. Pag. 27-42, 131-146. Brasília, DF: EdUCB, 2014.

SANTOS, Benedito Rodrigues dos. **Guia de referência- construindo uma cultura de prevenção à violência.** São Paulo. Chilhood Brasil. 2º edição, 2020.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL. **Projeto Político Pedagógico (PPP) do Centro de Ensino Fundamental 405 do Recanto ds Emas.** Brasília, 2021.

SILVA, Ana Paula Rodrigues da. **Currículo em movimento: realidade e perspectivas da educação em e para os Direitos Humanos.** 2016. 140 f., il. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania)—Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

TURATO. Egberto Ribeiro. **Tratado da metodologia da pesquisa clínica qualitativa.** Petrópolis- Rio de Janeiro. Editora vozes 2003

UNICEF. **A educação que protege contra a violência.** Brasília, 2019.

SIQUEIRA, Aline Cardoso. ALVES, Cássia Ferraza. LEÃO. Flávia Elso. **Enfrentando a violência: a percepção de profissionais da educação sobre a violação dos direitos de crianças e adolescentes.** Educação, Santa Maria, v. 37, nº2, p. 365-380. Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, mai/ago 2012.

SOUZA, Elias Caires de. TORRES, José Fernando Palatiño. A teoria da subjetividade e seus conceitos centrais. **Obutchénie. Revista de didática e psicologia pedagógica.** Uberlândia, MG. Volume 3, n:1.p 34-57, jan/abri 2019